

Entre silêncios e releituras: reflexões sobre memórias de imigrantes toscanos no Brasil

Antonio de Ruggiero*

Introdução

Neste artigo, analiso duas entrevistas relativas aos percursos migratórios de famílias italianas provenientes de território montanhoso da Garfagnana, na Toscana setentrional, que se transferiram para o Brasil, na primeira metade do século XX, para desenvolver atividades comerciais nos estados de São Paulo e de Minas Gerais. Trata-se de narrativas familiares que exemplificam e ajudam a compreender melhor as características comuns na experiência de quem partia desse território de alta densidade migratória. Ao mesmo tempo, esses relatos permitem uma reflexão sobre o tipo de releitura que os protagonistas elaboram relativamente a questões incômodas do passado familiar – que geram, ainda no presente, uma sensação de constrangimento; sobre autocontrole e reservas no enfrentamento de determinados assuntos, dentre os quais divergências políticas e dificuldades vivenciadas no período da nacionalização da Era Vargas; e, enfim, sobre as discrepâncias que afloram entre os comportamentos individuais relatados e a ideia que a historiografia mais consolidada nos transmitiu.

A imigração toscana representa um modelo peculiar de mobilidade humana dentro dos grandes fluxos históricos dirigidos ao Brasil, no período

* Professor adjunto do Programa de Pós-Graduação e do Curso de Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutor pela Università degli Studi di Firenze (2011). E-mail: antonio.deruggiero@gmail.com.

definido como “grande imigração italiana”. Se é verdade que a maioria dos peninsulares que chegaram ao país no período do último quarto do século XIX até as primeiras décadas do século XX era atraída inicialmente pelas possibilidades da colonização agrícola e, posteriormente, pelas ofertas de emprego familiar nas fazendas de café, os toscanos, que provinham quase exclusivamente de uma microrregião dos Apeninos nos arredores de Lucca, se distinguiram principalmente nas atividades comerciais ou artesanais qualificadas, dentro dos contextos urbanos brasileiros. Tratava-se de uma imigração espontânea, que se dirigiu prevalentemente para as cidades em expansão da região cafeeira entre o estado de São Paulo e o sul de Minas Gerais.

A atenção historiográfica, frequentemente voltada aos contingentes humanos mais numerosos que delinearão a fisionomia identitária de regiões inteiras de vocação agrícola, deixou espaços vazios relativos à análise de contextos urbanos. Na verdade, já desde o período anterior aos grandes êxodos internos campo-cidade, um bom número de italianos encontrou nas cidades brasileiras possibilidades de inserção econômica, organização social, formação de redes de proteção etc. Muitas fontes oficiais clássicas, como os jornais da época – tanto na Itália quanto no Brasil – e documentos de arquivo, nos fornecem indicações sobre essa experiência específica de mobilidade, que tem uma origem antiga, mas que alcançou números significativos no período da imigração maciça italiana (1875-1914) (De Ruggiero, 2011).

Ao mesmo tempo – e a questão pode ser ampliada para toda a história da imigração italiana –, as memórias orais dos descendentes e os olhares narrativos sobre o passado para traçar a origem da experiência de mobilidade familiar, ainda que não representem relatos de acontecimentos experienciados diretamente, nos ajudam muito na compreensão de determinadas dinâmicas que caracterizaram o fenômeno, desde as chegadas dos pioneiros.

A memória é a base da autorrepresentação, isto é, de uma identidade que os indivíduos constroem relacionando-se com os próprios antepassados e, no caso da imigração, especialmente com a trajetória dos familiares que chegaram aos países de acolhimento. Em diversos relatos orais de ítalo-brasileiros de segunda ou terceira geração, os atores sociais entrevistados não perdem ocasião para recordar os percursos dos pais, avós ou bisavós que escolheram o Brasil para “fazer a América”. A imigração representa um trauma, um momento importante de quebra na representação da identidade familiar. É como se a partir de uma nova vida em um país estrangeiro se rompessem, em parte, os laços com o passado, e se formassem novas raízes familiares, que

também os sucessores levam consigo. Dessa forma, não é apenas a história do tempo presente que aflora nos testemunhos mais recentes, mas também as tradições e os mitos – de fato não muito antigos – que continuam a marcar a identidade dos narradores. E quando não houver mais possibilidade de esclarecer todas as nossas curiosidades, certamente aparecerão alguns indícios que, como evidencia Carlo Ginzburg, poderão nos guiar em direção a um caminho de investigação histórica vantajoso (Constantino, 2004).

Memórias difíceis

Feitas essas observações iniciais, escolhi dois documentos interessantes que podem estimular uma reflexão sobre determinados aspectos. Trata-se de memórias recentes, que refletem dados e indícios referentes às experiências de antepassados transmitidas oralmente, dentro do contexto familiar. No primeiro caso, temos uma entrevista de um ítalo-paulista, Bruno Giovannetti, feita em 2001 e arquivada no Museu da Imigração de São Paulo. O entrevistado, nascido em 1947, jornalista, fotógrafo, documentarista e funcionário por muitos anos do Consulado Italiano de São Paulo, é neto do homônimo Bruno Giovannetti, chegado ao Brasil entre 1912 e 1914, e narra a história migratória de seu avô, juntamente com as vivências de outros familiares (Bruno Giovannetti, 2001).¹

A segunda entrevista foi concedida por Júlio César Vanni, fundador de um jornal para a comunidade italiana de Niterói. No livro de narrativas orais organizado por Angela de Castro Gomes (*Histórias de família: entre a Itália e o Brasil*, 1999), ele conta as trajetórias migratórias familiares e, especialmente, a história de seu pai, Enrico Vanni, originário de Ponte all'Ania, nos Alpes *Apuane*, de onde emigrou para Minas Gerais, em 1904, para ampliar suas atividades comerciais (Gomes, 1999). Trata-se de dois descendentes de italianos originários de pequenas cidades toscanas, muito próximas entre si, que tiveram uma experiência de mobilidade espontânea para o Brasil nos primeiros anos do século passado. Os dois têm características similares: não eram

1 Trata-se de uma longa entrevista que consultei em 2009, durante minhas pesquisas de doutorado, e que pertenciam a um *corpus* documentário mais amplo, formado por dezenas de entrevistas feitas no Brasil com imigrantes italianos e descendentes; essas entrevistas foram transcritas, encadernadas e guardadas na biblioteca do então Memorial do Imigrante de São Paulo (hoje Museu da Imigração).

agricultores, mas comerciantes, sem nenhuma passagem pelas fazendas ou pela agricultura. Não pertenciam aos grandes contingentes migratórios da “viagem gratuita”, e ambos os pioneiros (avô e pai dos dois entrevistados, respectivamente) vieram ao Brasil atraídos pelas oportunidades que o país poderia oferecer para ampliar seus negócios profissionais, já desenvolvidos com certo sucesso na Itália.

Bruno Giovannetti era um engenheiro que chegou ao estado de São Paulo para empregar-se nas obras da Ferrovia Sorocabana, em 1914, contratado por um conterrâneo toscano, o engenheiro Giuseppe Giorgi. Também o pai de Júlio César Vanni, Enrico, era um abastado comerciante da Garfagnana, proprietário, na Toscana, de “uma casa de comércio do tipo secos e molhados, [...] de uma padaria e um moinho de fubá. Além disso, ele possuía duas grandes casas de pedra, verdadeiras mansões” (Júlio César Vanni, 1998 apud Gomes, 1999, p. 241). Partiu para Minas Gerais em 1904, depois de ter casado na Itália com uma mulher ainda mais rica, que já vivera no Brasil e que herdara, na localidade de Pequeri (MG), uma “fábrica de cerveja”, uma “fazenda de café” e “algumas casas” (Júlio César Vanni, 1998 apud Gomes, 1999, p. 241).

Não me poderei deter no conteúdo integral das narrativas, que, inseridas no *corpus* documentário que já é conhecido pelos historiadores, se mostram extremamente úteis para compreender melhor o fenômeno migratório *lucchese* em sua essência (transnacionalismo perpétuo, com contínua ligação e retornos à terra de origem; atividades urbanas dinâmicas; capacidade empreendedora e de investimento etc.). Gostaria, na verdade, de refletir mais a fundo sobre dois aspectos teóricos que, ligados entre si, ocorrem com frequência no âmbito das “narrativas familiares”, tanto orais quanto escritas:

- 1) A compreensão de eventos históricos políticos e sociais à luz de “memórias subterrâneas”, que por muito tempo permaneceram “silenciosas” ou que tiveram dificuldade em aparecer para contrastar a dita “memória oficial”, consolidada no âmbito da história nacional brasileira. São memórias que, em alguns casos, e à distância de tempo, se manifestam nas narrativas, esclarecendo melhor fenômenos do passado, ligados ao difícil processo de integração no país de acolhimento.
- 2) Compreender as “releituras” que se expressam na narrativa oral, através de justificativas de algumas escolhas pessoais do passado e especialmente da reabilitação dos antepassados. Se aos olhos do presente poderiam parecer “inadequadas”, “politicamente incorretas” ou inaceitáveis, essas

releituras contextualizadas são úteis para redimir a imagem familiar e identitária integral de quem conta sobre si.

Em ambas as situações, está presente o elemento do “embaraço” diante de determinados assuntos que geram autocensura ou omissão parcial, perceptíveis em quem narra.

No primeiro caso, podemos deter-nos sobre alguns episódios que, no meu ponto de vista, influenciaram profundamente as comunidades italianas no Brasil, a ponto de permanecerem também na memória coletiva dos descendentes que não os vivenciaram de forma direta. Me refiro às medidas legislativas e às consequências sofridas durante os anos do Estado Novo, sobretudo, no caso de imigrantes alemães, japoneses ou italianos, depois da opção do governo brasileiro de entrar na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados. Graças aos estudos de historiadores como Elizabeth Cancelli (1994), Berenice Corsetti (1987) e René Gertz (2005) – apenas para citar alguns dentre os mais importantes –, se conhecem bem as etapas e os processos políticos que conduziram às campanhas de nacionalização, com as sucessivas sanções que determinaram a supressão de associações, jornais étnicos, escolas, clubes esportivos etc., assim como os mecanismos de controle e repressão legislativa ativados no Brasil a partir de 1937 contra os imigrantes provenientes de qualquer parte do mundo. Acredito que, pelo menos no caso da coletividade dos italianos e descendentes, foram as pesquisas histórico-antropológicas mais recentes, com base na memorialística e nas narrativas dos depoentes, que elucidaram melhor o impacto real e o trauma provocado por tais eventos, por muito tempo silenciados. Não faltaram, principalmente nos últimos anos, reconstruções que ampliaram o quadro de análise a partir da oralidade. A maioria focou, no entanto, principalmente nas colônias agrícolas com alta densidade imigratória.²

Como explica a antropóloga Maria Catarina Zanini em sua pesquisa sobre a italianidade no Brasil meridional, não podemos esquecer que muitas vezes a ameaça maior e as operações repressivas eram dirigidas justamente aos italianos que estavam ascendendo socialmente, graças às possibilidades oferecidas pela cidade (Zanini, 2006, p. 184). Mesmo que no período do Estado

2 No caso do Rio Grande do Sul, por exemplo, podemos lembrar uma coletânea organizada por Cátia Dalmolin (2005) sobre as consequências da nova legislação do Estado Novo – acompanhada de um DVD que apresenta videoentrevistas com descendentes italianos –, bem como a dissertação de Angélica de Medeiros Rios sobre a situação dos italianos de Santa Maria no período do Estado Novo (2001).

Novo o processo de *melting pot* nos centros urbanos etnicamente misturados pudesse ser considerado realizado, os ítalo-brasileiros continuavam a preservar algumas peculiaridades identitárias, como a língua (ou o próprio dialeto), em determinados contextos, o associacionismo, na organização escolar e nas práticas de socorro mútuo, e a imprensa de folhetos e jornais em italiano.

É interessante verificar que nos depoimentos orais dos dois entrevistados escolhidos – brasileiros descendentes de italianos “privilegiados”, com ótimas ocupações comerciais, e aparentemente integrados desde o início ao ambiente de acolhida – questões relativas à repressão de elementos culturais identitários aparecem, de forma mais ou menos velada, gerando um desconforto evidente. Tanto na entrevista de Bruno Giovannetti quanto na de Júlio César Vanni (que são praticamente contemporâneas, uma de 1998 e outra de 2001), existem referências explícitas a tal período conturbado.

Bruno Giovannetti: entre italianidade e brasilidade

Nos anos anteriores à guerra, o pai e o tio de Bruno tinham sido enviados pelo avô de Bruno para estudar na Itália. O pai obteve, dessa forma, o título de doutor em Economia e Comércio, e o tio formou-se em Medicina, antes que o Brasil entrasse na Segunda Guerra Mundial. Voltando ao Brasil, porém, eles não encontraram a recepção que esperavam, pois foram considerados “traidores”:

Quando a guerra terminou – eles [o pai e o tio] eram brasileiros –, e vieram para o Brasil, pelo que me consta, eles passaram momentos de dificuldade, porque eram quase considerados traidores, ou seja, a pergunta imediata no calor daquele período, no término da guerra, era ‘O que vocês foram fazer lá, por que vocês foram estudar lá?’. (Bruno Giovannetti, 2001, p. 5).

O marco traumático da guerra incidiu significativamente na memória de Bruno: ele enfatiza as consequências negativas que o conflito teve sobre o pai, que se viu obrigado a renunciar ao reconhecimento do título de estudo italiano e ocupar-se – de forma forçada e indesejada – na “serraria” (tratava-se de uma grande fábrica de tratamento e venda de madeira) fundada pelo avô de Bruno:

Montou a serraria lá, e meu pai não pôde exercer a profissão pela qual ele tinha estudado, praticamente ele substituiu o meu avô na gestão de sua serraria, de um sítio, de uma fazenda e pouca coisa a mais, e, falando esses dias, com ele... ficou sempre com amargura de não poder ter exercido a profissão que ele tinha escolhido. (Bruno Giovannetti, 2001, p. 5).

Diante das perguntas da entrevistadora, que indaga sobre as efetivas manifestações familiares de apego à identidade italiana, fora ou dentro das paredes domésticas da família Giovannetti, Bruno (neto) enfatiza o fato de que desde a infância era obrigado a falar em italiano rigorosamente correto, e relembra o “pesadelo” ligado ao estudo imposto da *Divina comédia*, conduzido pelo pai. O pai, nascido no Brasil, estudou na Itália, assim como o avô pioneiro, que continuou a colaborar regularmente na preparação de artigos para jornais italianos de sua região.

Ele mesmo (Bruno neto) estudou na Universidade de Pisa, e trabalhou por muitos anos como jornalista na Itália. Ou seja, poderíamos hoje definir a família inteira como “transnacional”. Depois das declarações mencionadas, porém, o entrevistado se coloca em uma posição defensiva, e então reafirma a sua “brasilidade” (que não se opõe à sua “italianidade”), estendendo-a a todos os componentes da família: “Não é pelo fato de falar italiano que se tirava alguma coisa ao fato de ser brasileiro, é um enriquecimento, é uma língua a mais, uma cultura a mais” (Bruno Giovannetti, 2001, p. 16). E ainda mais reforçava o conceito de abertura familiar, tanto de seu avô, que era anarquista e, portanto, segundo Bruno, pouco ligado a uma ideia de pertencimento identitário nacional, quanto de seus pais, que demonstraram sempre a vontade de integrar-se à sociedade brasileira, com a qual jamais se sentiram em conflito:

Tinham relações italianas, mas não absolutamente necessárias, mesmo porque todas as famílias italianas aqui nunca pensaram de se sentir em um gueto, visto que a sociedade estava bem aberta para todos. Meu pai é brasileiro [...], minha mãe era florentina, e ela que podia um pouco puxar para essa direção, mas também não tinha nenhum prazer especial em ficar só com os italianos. (Bruno Giovannetti, 2001, p. 16).

O tema do conflito retorna também no final da entrevista, quando Bruno, lastimosamente, considera a Segunda Guerra um divisor de águas

importante na organização social do grupo ítalo-descendente de São Paulo. Se antes da conflagração existia na cidade uma rede estrutural de organizações filantrópicas, quase sempre sustentadas economicamente pelas famílias dos magnatas italianos da indústria – como os Matarazzo e os Crespi –, nos anos sucessivos foi perdido esse espírito coletivo de ajuda recíproca dentro da comunidade de descendentes. O entrevistado, quase querendo reequilibrar o ponto de vista sobre os fatos ocorridos, atribui parte da responsabilidade ao governo italiano, que não teria feito muito para recuperar os imóveis e as estruturas confiscadas durante o Estado Novo:

Muita coisa se perdeu aqui e no interior, porque a Itália não teria feito um pedido oficial quando terminou a Segunda Guerra, para recuperar alguns imóveis [...], uma total falta de visão de ter perdido coisas que eram dos italianos e foram passadas para nomes brasileiros fictícios, para não serem confiscados, mas eu digo isso não porque a Itália tem que ter várias propriedades no Brasil, mas porque podiam servir para mil coisas, para os imigrantes, como escolas, hospitais, como cultura. (Giovannetti, 2001, p. 29).

A experiência da guerra, em suma, limitou as possibilidades organizativas da coletividade ítalo-brasileira na cidade, e se refletiu também de forma significativa nas peripécias da família Giovannetti. Verifica-se que o conflito gerou a insatisfação profissional do pai, fortemente limitado nas suas possibilidades de trabalho e coagido a assumir o comando efetivo da serraria herdada. Na narrativa é interessante ver como o entrevistado procura liberar-se do senso de culpa originado por essa mesma mercenaria, que tinha produzido certa riqueza para a família. Esse empreendimento fora criado porque o avô, engenheiro e anarquista, tinha se empregado na construção da linha ferroviária Sorocabana. Para desenvolver a tarefa, tinha se tornado protagonista de grandes desmatamentos da floresta, que impactaram também as comunidades indígenas, anteriormente estabelecidas no local.

O evidente objetivo de Bruno é reabilitar a atividade que permitiu o bem-estar da família e que gera, hoje, certa “vergonha”, diante do modo politicamente correto de pensar, e também diante de sua moderna sensibilidade ecológica. Se sublinham na narrativa as boas intenções e a contradição interior do avô entre o respeito pela natureza e a preocupação com o progresso, que geraria riqueza geral:

Ele era fruto... filho do tempo dele, do período mental dele, e aquele período que ele pegou em cheio era de que se acreditava no progresso econômico, no progresso civil da humanidade, através também do desenvolvimento técnico e econômico [...], ele defendia as leis que existiam sobre a necessidade de preservar 10% das propriedades, digamos que deviam ser preservadas como mata, como floresta... (Bruno Giovannetti, 2001, p. 6).

Esse é um entre muitos outros trechos em que o entrevistado quer convencer (sobretudo a si mesmo) das boas intenções do avô e da origem “limpa” da riqueza familiar.

Júlio César Vanni: política, guerra e integração

Também na história familiar contada por Júlio César Vanni existem passagens emblemáticas referentes tanto ao impacto da guerra sobre a comunidade italiana quanto à reabilitação de suas atitudes políticas nos anos de juventude. Nascido em 1927, era um jovem rapaz quando o Brasil se decidiu pelo ingresso na guerra, ao lado dos Aliados, e frequentava um ginásio de prestígio em Leopoldina, uma localidade próxima. Em sua cidade, Pequeri, nas redondezas de Juiz de Fora (MG), a maioria da população era composta de descendentes de italianos, mas, de acordo com o entrevistado, a parte mais consistente da comunidade, e especialmente os mais velhos, “não queriam saber da política de Mussolini. Estavam felizes no Brasil, com os filhos criados. Por isso evitavam conversar sobre os acontecimentos que envolviam a entrada do Brasil na guerra” (Júlio César Vanni, 1998 apud Gomes, 1999, p. 263).

Durante todo o percurso da entrevista, Júlio é prudente e evita deslocar o conteúdo para o tema do conflito étnico, explicitando seu sentimento identitário de verdadeiro brasileiro, desde a juventude. Ele busca, com formas de autocontrole, enfatizar as características conciliatórias da população, que “continuou cordial e muitas famílias hipotecaram solidariedade”. Quando provocado pela entrevistadora com perguntas um pouco polêmicas, responde que a apreensão sentida durante o conflito era comum a toda a comunidade pequeriense (não apenas à italiana), em decorrência das dificuldades coletivas devidas ao esforço de guerra do Brasil, principalmente quanto ao racionamento de combustível.

Esse modo de agir é coerente – na sua interpretação – com a escolha que fez de aderir, em anos anteriores à guerra, às reuniões da Ação Integralista

Brasileira. Os estudos de Fabio Bertonha (2001), os de Angelo Trento (2003) e aqueles mais gerais de Héglio Trindade (1974) demonstraram que existia uma solidariedade ideológica nos anos 1930 entre o fascismo italiano e o integralismo brasileiro, ainda que não houvesse uma convergência absoluta de opiniões entre os dois movimentos. Até a guerra, de fato, os italianos e descendentes não precisaram expressar uma preferência rigorosa entre integralismo e fascismo: as duas coisas podiam conviver. Essa é a imagem que a historiografia oficial nos transmite (Bertonha, 2001; Trento, 2003; Trindade, 1974).

O entrevistado Júlio, no entanto, justifica sua escolha integralista como uma posição antifascista, originada principalmente pela vontade de se sentir brasileiro. Assim tenta explicar seu comportamento político juvenil:

Eu mesmo tive muito entusiasmo pelo integralismo, porque aprendi, com ele, o valor do civismo e de ser brasileiro. Embora meu pai não aceitasse o integralismo, eu, às escondidas, andei assistindo aulas de civismo organizadas por professores integralistas. [...] naquelas aulas aprendi a amar o Brasil [...], nunca encontrei escola de brasilidade mais eficiente [...]. Nunca ouvi uma só aula ou palestra que ligasse o integralismo ao fascismo. (Júlio César Vanni, 1998 apud Gomes, 1999, p. 255-256).

No momento da guerra, todos os integralistas de Pequeri (a maioria era descendente de italianos) teriam, de acordo com o entrevistado, sustentado a posição do governo brasileiro, contra as decisões políticas de Mussolini.

Em grande parte da entrevista, o depoente estabelece um registro conciliatório, que evidencia os aspectos positivos da convivência e da integração entre as pessoas e os costumes locais:

Os costumes italianos estavam sempre presentes, principalmente na cozinha. [...]. A nossa gente absorveu muita coisa da cozinha brasileira. Comíamos arroz, feijão, frango, quiabo, linguiça, batata e outras coisas. Mas havia a macarronada, que se tornou tradicional em todo o interior mineiro. (Júlio César Vanni, 1998 apud Gomes, 1999, p. 251).

Na família, se falava “um italiano mesclado com o português” e a casa de Júlio “esteve sempre com as portas abertas para a comunidade. Os amigos mais íntimos não eram, necessariamente, italianos ou descendentes” (Júlio César Vanni, 1998 apud Gomes, 1999, p. 253).

Apesar do seu posicionamento prudente e da defesa de sua brasilidade, Júlio César deixa escapar um episódio que nunca esqueceu, relativo ao dia fatídico em que a notícia de mais uma embarcação brasileira afundada chegou aos habitantes do município mineiro. Esse evento traria consigo uma consequência traumática para a família inteira de Júlio. As autoridades do município teriam punido injustamente seu pai, juntamente com uma leva de compatriotas italianos, que teriam se reunido em um estabelecimento comercial para “tomar vinhos e saborear queijos” no dia do aniversário de um deles:

Alguém, por despeito e até mesmo rivalidade política, resolveu aproveitar aquela coincidência para denunciá-los, somente os italianos, como se estivessem festejando o torpedeamento do barco. No dia seguinte, foram convidados a comparecer à sede do município, para atualizarem seus cadastros de estrangeiros. Despreocupados, viajaram num trem pensando em regressar no outro. Mas em Bicas foram covardemente conduzidos para dentro de um ônibus, que os levou para o quartel da Polícia Militar, em Juiz de Fora. Lá ficaram incomunicáveis por alguns dias, dormindo no cimento frio da prisão, até que os parentes acionassem algum esquema para libertá-los. Em consequência, embora soltos por um ato do presidente da República, seus bens ficaram bloqueados. (Júlio César Vanni, 1998 apud Gomes, 1999, p. 263-264).

O bloqueio dos bens do pai durante um longo período colocou em risco os estudos de Júlio César, até então realizados em um colégio renomado, e abalaram severamente a família Vanni. Também traumático se mostrou para numerosos italianos e descendentes o dever de renunciar a alguns hábitos, como o de se comunicar na língua de seus antepassados. O entrevistado não esquece de apontar tal fato:

No princípio, hábitos e costumes italianos estavam bem arraigados. Era uma comunidade alegre e festeira. Depois da Segunda Guerra Mundial, ficaram um pouco temerosos de continuar a falar italiano. (Júlio César Vanni, 1998 apud Gomes, 1999, p. 251).

No final da entrevista, porém, diante de novas perguntas da entrevistadora – desejava de mais esclarecimentos sobre o conflito –, o testemunho parece voluntariamente recuperar sua índole pacificadora. Júlio César, evitando outras perguntas constrangedoras, afirma:

Esse episódio foi o único que realmente trouxe mal-estar à vida dos italianos em Pequeri. Mas, com o passar dos anos, o assunto foi esquecido e, não sei por que, eu estou revelando agora. (Júlio César Vanni, 1998 apud Gomes, 1999, p. 264).

Conclusão

Esses breves exemplos suscitam reflexões sobre o conceito de *split personality*, bem descrito pelo argelino Abdelmalek Sayad para indicar um sentimento de identidade múltipla que se encontra entre os descendentes de imigrantes (Sayad, 2002). Lembram também algumas interpretações e considerações de Michael Pollak: o sociólogo austríaco, melhor que outros, se deteve no conceito das memórias “proibidas”, “clandestinas”, e das “lembranças traumatizantes”, que esperam o momento propício para se manifestarem. Esse problema emerge com força para quem estuda os processos migratórios, nas relações sociais entre grupos minoritários e sociedades de acolhimento.

Ainda que confinadas ao silêncio público, por uma forma de resistência necessária, essas recordações proibidas não são efetivamente apagadas, mas, ao contrário, frequentemente são transmitidas oralmente de geração em geração, “no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política”, guardadas acuradamente em estruturas de comunicação informais e escondidas. O silêncio “oficial” é uma forma de defesa, mas não significa nunca “esquecimento” (Pollak, 1989).

Esse tipo de testemunho nos ajuda a reconstruir as motivações mais íntimas dos atores sociais que se narram, e nos permitem entrar nas zonas mais obscuras do passado. Jaques Le Goff, alguns anos atrás, dirigia aos historiadores o convite a interrogar-se sempre sobre o silêncio, sobre as lacunas e os espaços em branco dos documentos históricos: “É necessário fazer um inventário dos arquivos do silêncio, e fazer a história a partir da essência desses documentos” (Le Goff, 1982, p. 93, tradução livre).

Referências

- BERTONHA, João Fábio. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 85-105, 2001.
- CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a política da Era Vargas*. Brasília: Editora UnB, 1994.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Teoria da história e reabilitação da oralidade: convergência de um processo. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Org.). *A aventura (auto)biográfica: fundamentos e metodologia*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2004. p. 37-74.
- CORSETTI, Berenice. O crime de ser italiano: a perseguição do Estado Novo. In: DE BONI, Luis (Org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1987. v. 2. p. 363-382.
- DALMOLIN, Cátia (Org.). *Mordaça verde e amarela: Imigrantes e descendentes no Estado Novo*. Santa Maria: Pallotti, 2005.
- DE RUGGIERO, Antonio. *Emigranti toscani nel Brasile meridionale (1875-1914)*. Tese (Doutorado em História Moderna e Contemporânea) – Università degli Studi di Firenze, Firenze, Itália, 2011.
- GERTZ, René. O Brasil verdadeiro contra o falso Brasil. In: DALMOLIN, Cátia (Org.). *Mordaça verde e amarela: imigrantes e descendentes no Estado Novo*. Santa Maria: Pallotti, 2005. p. 37-58.
- GOMES, Angela de Castro (Org.). *Histórias de família: entre a Itália e o Brasil*. Niterói: Muiraquitã, 1999.
- LE GOFF, Jaques. *Storia e memoria*. Torino: Einaudi, 1982.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- RIOS, Angélica de Medeiros. *Ser ou não ser italiano: descendentes de imigrantes em Santa Maria durante o Estado Novo*. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, RS, 2001.
- SAYAD, Abdelmalek. *La doppia assenza: dalle illusioni dell'immigrato alle sofferenze dell'immigrato*. Milano: Raffaello Cortina, 2002.
- TRENTO, Angelo. I fasci in Brasile. In: FRANZINA, Emilio; SANFILIPPO, Matteo (Org.). *Il fascismo e gli emigrati*. Roma; Bari: Laterza, 2003. p. 152-166.
- TRINDADE, Hélgio. *Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30)*. São Paulo: Difel, 1974.
- ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Italianidade no Brasil meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS*. Santa Maria: Editora UFSM, 2006.

Fontes orais

GIOVANNETTI, Bruno. [mar. 2001]. Entrevistadora: Sônia Maria de Freitas. São Paulo, 1º mar. 2001. Entrevista realizada no Memorial do Imigrante de São Paulo e arquivada na biblioteca da instituição. p. 1-38.

VANNI, Júlio César. [1998]. Entrevistadoras: Angela de Castro Gomes e Patrícia Souza Lima. Niterói, 24 mar. e 8 abr. 1998. Entrevista realizada na Associação Beneficente Italiana, transcrita e editada por Maurício Fernandes Vasquez, com edição final da professora Angela de Castro Gomes. Publicada em: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Histórias de família: entre a Itália e o Brasil*. Niterói: Muiraquitã, 1999.

Resumo: Neste artigo são abordadas as memórias de dois descendentes de imigrantes italianos que, em entrevistas orais, descrevem as trajetórias imigratórias de seus familiares no Brasil, desde o início do século XX, e as suas vivências pessoais tocantes a esse processo. Em especial, com base em uma perspectiva metodológica ligada à história oral temática, busca-se fazer uma análise de conteúdo para desenvolver uma reflexão sobre a questão das releituras, autocensuras e reticências que se encontram nas recordações das dificuldades e dos traumas gerados pelo difícil processo de integração em terra estrangeira.

Palavras-chave: imigração italiana, memórias orais, narrativas familiares.

**Between silences and reinterpretations:
reflections on memories of Tuscan immigrants in Brazil**

Abstract: In the present article, we intend to analyze the memories of two descendants of Italian immigrants using oral interviews in which they describe personal events and their families' immigration trajectories in Brazil since the beginning of the 20th century. In particular, from a methodological approach linked to the thematic oral history, we seek to make a content analysis in order to develop a reflection on the issues of reinterpretations, self-reproaches and doubts. These elements are found in the memories of the difficulties and traumas generated by the hard process of integration in a foreign land.

Keywords: Italian immigration, oral memories, family narratives.

Recebido em 14/04/2016

Aprovado em 25/05/2016